
Políticas Públicas Municipais em Saúde: relação da informação de custos com o processo decisório

Municipal Public Health Policies: relationship between cost information and the decision-making process

Antonio Armando Cordeiro Fraga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0679-9648>

Universidade de Pernambuco, Brasil

E-mail: armando.cfraga@upe.br

José Luiz Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2049-2084>

Universidade de Pernambuco, Brasil

E-mail: luz.alves@upe.br

RESUMO

Os gestores públicos municipais necessitam cada vez mais utilizar os dados e informações para a melhor tomada de decisão. A administração pública contempla diversas áreas de governo, especialmente na saúde pública. Esta pesquisa teve o foco de estudar a informação de custos como base para o processo decisório. Os procedimentos metodológicos adotados foram classificados como pesquisa aplicada, com objetivos de descrever o sistema de custos. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, explorando os métodos de pesquisa em estudo de caso, pois foi analisada uma secretaria municipal de saúde. Como resultado, no órgão estudado, foi encontrada uma planilha em que são preenchidos os dados realizados, mas apenas das unidades que são solicitadas, em períodos não eventuais. E por fim, foram realizadas análises e comparações com os documentos disponibilizados na coleta de dados, permitindo concluir que o órgão estudado está carente de uma esquematização operacional.

Palavras-chave: Gestão Pública Municipal; Informação de Custos; Processo Decisório.

ABSTRACT

Municipal public managers increasingly need to use data and information to make better decisions. Public administration encompasses several areas of government, especially public health. This research focused on studying cost information as a basis for the decision-making process. The methodological procedures adopted were classified as applied research, with the objective of describing the cost system. A qualitative approach was used, exploring research methods in a case study, as a municipal health department was analyzed. As a result, in the body studied, a spreadsheet was found in which the data carried out is filled in, but only for the units that are requested, in non-occasional periods. And finally, analyzes and comparisons were carried out with the documents made available during data collection, allowing us to conclude that the studied body lacks an operational scheme.

Keywords: Municipal Public Management; Cost Information; Decision-Making Process.

INTRODUÇÃO

O termo “custos” começou a ser abordado na administração pública brasileira com a Lei Federal nº 4.320/1964, que trata genericamente sobre o direito das finanças públicas, e traz neste normativo um conjunto de determinações junto à área da contabilidade governamental. Neste ato devia a contabilidade revelar as informações de custos dos serviços. Poucos anos após, foi editado do Decreto-Lei 200/1967 e atualizações posteriores, aqui os custos demonstrariam os resultados da gestão. Contudo, ainda era neste período incipiente a sistematização de avaliação e demonstração dos custos dos serviços públicos. Somente com a Constituição Federal de 1988, que trouxe a modernização da gestão pública, juntamente com a inserção dos princípios da administração pública, entre eles o da eficiência.

A partir da exigência constitucional, novos normativos foram expedidos, e destaca-se Lei Complementar nº 101/2000, que apresenta aspectos de gestão fiscal e patrimonial, mas já preconizou a necessidade de um sistema de informação para os custos dos serviços públicos, no qual permitisse que a avaliação e controle sobre as gestões orçamentárias, financeiras e patrimoniais. O fortalecimento desta sistematização foi editado pela Lei nº 10.180/2001, que trata primariamente sobre os dados dos custos dos programas de políticas públicas do governo federal.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como órgão regulador dos profissionais e determinações técnicas da contabilidade no Brasil, instituiu a Norma Brasileira de Contabilidade técnica (NBCT) 16.11, sobre o Sistema de Informação de Custos do Setor Público. A qual, atualmente, está passando por período de migração com a NBC TSP 34/2021. E a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão máximo da contabilidade governamental, vinculada ao governo federal, editou as portarias n.º 157 e 716, dispondo sobre a criação e as competências do Sistema de Custos do Governo Federal (SIC). Sinaliza-se que os normativos destes órgãos foram expedidos no ano de 2011, para abrangência da esfera federal, contudo são normativos de cobertura aos demais entes federados do Brasil.

As influências da tomada de decisão são caracterizadas por autonomia e atitude competitiva, ações inovadoras e predisposição ao risco. Estas são estabelecidas no intuito de melhorar o desempenho organizacional, alcançando eficientemente as metas e formando a capacidade adaptativa aos cenários de inconsistências (Jogarathnam; Ching-Yick Tse, 2006).

Para tanto, a mensuração de despesas e custos encorpados pela administração pública depende da adoção de um modelo gerencial focado em resultados nas entidades governamentais, que preserve o incentivo a sistematização de apropriação de custos aos serviços realizados na organização (Bresser Pereira, 1996; Rovere, 1997; Birkinshaw *et al.*, 2008).

Para a realização desta pesquisa surge-se como objetivos: demonstrar a relevância do sistema informacional de custos como instrumento eficiente para subsidiar as tomadas de decisões; empregando os conceitos sobre custos e sistemas de informação e examinar o atual formato e as ferramentas utilizadas para a coleta de dados de custos elaborada pela gestão municipal em saúde.

Os órgãos de governo, especialmente no âmbito local, carecem de uma sistematização de tratamento de dados para orientar os seus processos administrativos. No entanto, os municípios possuem uma escassez de recursos financeiros e de instrumentos apropriados, além de limitações de capital humano, para projetar e aprimorar suas políticas públicas.

Considerando esta narrativa é importante que se estudo sobre os métodos apresentados na literatura, bem como se comporta instituições que executam projetos de levantamento de dados de custos realizados por suas gestões. Visto isso, surge como problema desta pesquisa apontar, o que a literatura e os normativos legais, apresentam sobre a exploração de sistemas de custos e suas influências no gerenciamento dos fatos organizacionais, por parte do núcleo administrativo e estratégico da gestão pública?

Desta forma, o alinhamento desta pesquisa se conecta com os aspectos de implantação, melhoramento e inovação no processo decisório de planejamento e execução de políticas públicas de saúde, contribuindo para o desempenho de um ambiente local e almejando estabelecer resultados práticos na adoção de metodologias já existentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão abordados os principais fundamentos legais e científicos para embasar o estudo de caso desta pesquisa, a fim de inserir conclusão técnica e científica.

Políticas Públicas e Gestão em Saúde

A aplicação de recursos para a sociedade requer discussões sobre como as políticas públicas precisam ter integração com o aspecto da eficiência. Diante da definição

de como utilizar os recursos no financiamento para os gastos em saúde, especialmente, a maioria dos países depara-se com custos crescentes, seja qual for o modelo de financiamento adotado. Considerando-se que os recursos financeiros são escassos e finitos, é interessante a adoção de avaliação econômica na ideia de estabelecer a relação custo-efetividade, que auxiliará na tomada de decisão (Moraz *et al.*, 2015).

Segundo Nilson Andrade *et al.* (2020), a formulação de políticas robustas carece da ampliação e do fortalecimento de comprovações para assegurar o processo decisório, prevalecendo os interesses de saúde pública. Além do mais, aspectos econômicos podem ser integrados a fatores epidemiológicos, tornando a implantação de políticas públicas mais efetivas com relação aos custos correspondentes a execução das ações e serviços públicos.

Especificamente quando os Estados enfrentam crises financeiras, atitudes de contenção de gastos estão presentes nos interesses de políticas sociais, com destaque para as políticas públicas de saúde, as quais podem ser realizadas de acordos com os diversos objetivos de gestão, levando às discussões pelos críticos (Nossa, 2020).

A participação cidadã pode ser denominada de incentivo popular à administração hierárquica de governo, atrelada a uma boa estruturação da governança pública. A interação com a presença social remete ao melhoramento, com mais qualidade no atendimento às demandas dos usuários, refletindo na eficiência dos recursos públicos, e garantindo a correta destinação dos recursos em relação aos serviços prestados (Jurlina Alibegovic; Slijepcevic, 2018).

Segundo Sousa; Batista; Helal, (2022), o processo de implementação de políticas públicas envolve fluxos decisórios, podendo tornar ações e iniciativas mais complexas de desempenho. Assim também, defendem que a melhor análise da fase de implementação de políticas se dá na identificação da situação atual e nas perspectivas de cenários práticos.

Na projeção de buscar resultados de políticas em comparação ao planejamento, depara-se com conflitos de hierarquia e defeitos no monitoramento, impedindo o alcance da efetividade social. Em busca pelo avanço nos objetivos propostos, demanda-se uma aplicação de recursos a fim de investir em ferramentas de acompanhamento e análises robustas (Gomes, 2019; Lima e D`Ascenzi, 2019).

A implementação de políticas públicas tem relação com o poder decisório, e é influenciada por desenvolvimentos de tecnologias. De modo, que os dados informacionais e a comunicação requeiram facilitadores, como instrumentos

tecnológicos, integrando medidas de regulamentação para a execução de políticas públicas (Sousa; Batista; Helal, 2022).

Para entender as características da informação de custos a ser apresentadas aos destinatários dela é preciso haver comunicação com os envolvidos. Em estudo de caso realizado no Chile por Huencho *et al.* (2020), aponta que a realização de entrevistas com gestores, profissionais de saúde e usuários fortalecem o processo de desenvolvimento de programas de saúde, os quais podem ser executados, adaptados e melhorados a partir de articulações e debates entre todos. E assim a construção mais real e concreta de um plano para se elaborar e executar as políticas públicas.

A padronização da informação contribui para a tomada de decisão, pois na implementação de políticas de saúde, por exemplo, os mesmos dados disponibilizados para gestores de hierarquias diferentes facilitam as estratégias, isso pôde ser observado por meio de coletas e experiências em municípios dinamarqueses, conforme entrevistas e observações (Wimmelmann; Vallgarda; Jensen, 2018). Salienta-se que a uniformidade dos dados precisa estar atrelada ao interesse dos gestores, podendo detalhar e contextualizar a informação na ideia de que cada usuário possa ser contemplado a partir dos seus interesses e demandas existentes.

Custos: conceitos básicos e a relação com a contabilidade na gestão estratégica

A NBCT 16.11 em seu dispositivo sobre as definições, expressa os diversos significados sobre os termos que estão integrados com o sistema de custeio para a gestão pública. Apontam o CFC (2011) que “custos” são os gastos executados com os bens e serviços necessários para que se possa realizar outros bens ou serviços.

Os custos são especialmente medidas de valores que se organizam para alcançar objetivos, desempenhando relevância nas decisões gerenciais, a partir da coleta e análise das informações fundamentais. Além de auxiliar na avaliação de alternativas na tomada da melhor decisão (Figueiredo; Caggiano, 2008).

Para Fernandes (2009), a gestão por resultados almejados no setor público é consequência do sistema de custos. Possibilitando executar um modelo de gestão gerencial, baseado na eficiência, eficácia e efetividade.

Os custos mensurados e apresentados pela gestão pública advêm dos registros de execução de subsistemas orçamentários e patrimoniais na administração pública brasileira. A ciência contábil, área do conhecimento propícia para demonstrar as

informações, pois possuem a robustez técnica a partir de instrumentos de captação dos dados para explorar estes e estruturá-los de modo a visualizar os fatos administrativos ocorridos, e com base nestes registros, auxiliá-los para a tomada de decisão, baseada em fatores quantitativos e qualitativos.

É relevante diferenciar que na classificação técnica, contábil e gerencial, são classificações específicas, e que há uma diferenciação entre despesas e custos, apesar de ambas serem classificadas como gastos. E ainda, por força da legislação, especialmente a lei federal nº 4.320/1964, as aplicações dos recursos públicos são registradas por meio da contabilização do patrimônio público brasileiro. Sendo assim, os gastos públicos são registrados em etapas de fases por meio de subsistema, e o inicial é o subsistema orçamentário, o qual origina a despesa pública desde a fase do planejamento até a fase final de execução.

Em paralelo há o subsistema financeiro e o patrimonial, que estão mais direcionados as aplicações dos recursos, e são registrados nas etapas de execução e de controle dos gastos públicos. Portanto, a junção dos custos e despesas resulta em gastos, sendo aquele quando a aplicação de recurso se dá para se produzir algo ou prestar algum serviço. E as despesas são saídas de recursos que não originam especificamente um produto ou serviço.

Sobre o aspecto da gestão estratégica, o modelo gerencial de implementação do sistema de custos para as entidades públicas se tornou um aspecto obrigatório após a revolução industrial, na qual a contabilidade era destinada apenas à gestão financeira com fins estruturais para atender as finalidades do mercado privado (Martins, 2018).

Com esta implementação cada vez mais contemporânea remeteu ao desenvolvimento das entidades públicas com as informações gerenciais como fator de auxílio aos gestores públicos. E por fim, a tempestividade é um parâmetro importante para que quaisquer políticas públicas sejam desenvolvidas. E garantam que as decisões sejam amparadas em fatos, para as pretensões necessárias.

O fator do custeio na administração pública pode estar fortemente dependente da Governança pública; a NBC TSP 34 sinaliza que se trata de um conjunto de instrumentos de liderança, estratégia e ações colocadas em prática para orientar e monitorar a condução de políticas públicas e a correspondente prestação dos serviços à sociedade.

Portanto, é preciso salientar que a geração da informação de custos é decorrente da atribuição da equipe de contabilidade, contudo, devido todas as etapas de registro,

acompanhamento e controle dos dados serem também de cunho administrativo, a maior exigência é fruto da integridade e fidedignidade das informações dos bancos de dados, que estes são de responsabilidade dos gestores envolvidos nas transações e etapas do tratamento de registros nas bases de dados informacionais.

METODOLOGIA

Na conjuntura dos procedimentos de metodologia há a possibilidade de classificar pesquisas sobre um arranjo metodológico diverso, desde que seja capaz de atribuir à pesquisa os parâmetros correspondentes, a fim de identificar os métodos que serão adotados nos estudos científicos. Desta forma, para o alcance do objetivo deste estudo, apresenta-se a primeira classificação, que quanto à natureza é classificada em aplicada, com relação ao objetivo de pesquisa em descritiva, já quanto à abordagem é classificada como qualitativa, e quanto ao método de pesquisa, como estudo de caso, no qual serão observados os procedimentos bibliográfico e documental.

Sendo assim, respectivamente, Prodanov e Freitas (2013), defendem que a natureza aplicada é aquela que busca a produção de conhecimentos para solução de problemas diante da aplicação prática. Quanto ao objetivo, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois tem o intuito de descrever um fenômeno sem manipulá-lo, utilizando a técnica da observação (Cervo; Bervian; da Silva, 2007). Já quanto à abordagem é qualitativa, que para Miguel (2018), acontece quando aspectos qualitativos são estudados nas etapas da pesquisa. E nesta abordagem realizada o propósito da pesquisa é descobrir o desenrolar dos fenômenos estudados. No que se refere ao método, esta pesquisa se caracterizará em estudo de caso, no qual a investigação empírica que tem o propósito de investigar um caso concreto dentro do contexto estudado. Como bibliográfica, explicando um fenômeno através de levantamento teórico e como documental, em que são utilizadas fontes primárias dos dados e informações disponibilizadas pelo órgão público estudado (Yin, 2015).

A pesquisa alinha-se ao modelo descritivo, a respeito do objetivo de pesquisa, pois houve análises em dados contidos em literaturas científicas, documentos, normativos técnicos e legislações sobre a temática em estudo. E na fase de análise dos resultados foram observados, analisados e descritos os dados coletados. Assim, comunga-se com o objetivo deste estudo quando Gil (2008) defende que pesquisas do tipo descritivo têm como foco discorrer os aspectos da observação, descrição e análise dos fatos,

proporcionando uma nova visão da problemática em estudo.

Com relação ao método desta pesquisa é importante pontuar que se comporta em três bases, sendo um estudo de caso, direcionado a avaliar fatos da organização em estudo. Também, como bibliográfico, a partir de fundamentações teóricas estruturadas em dados científicos e por último pelo método da análise documental, a partir de materiais coletados. Neste estudo houve autorização de acesso aos dados documentais, pois o autor é agente público que exercer funções técnicas no referido órgão e teve dados obtidos tacitamente.

E a confiabilidade para o desenvolvimento desta pesquisa fica registrada pela coleta documental e pela contribuição técnica na avaliação dos dados obtidos. Tratando esta pesquisa como um estudo de caso, convém apontar que esta pesquisa estudou a metodologia sobre o sistema de custos praticado na Secretaria Municipal de Saúde, órgão que executa políticas públicas de saúde no âmbito do município de Caruaru/PE, vinculada à Prefeitura Municipal. Para isso, Pereira *et al.* (2018), definem o método de pesquisa como estudo de caso quando é realizada uma descrição e análise, sendo a mais específica possível, de algum local, apresentando alguma particularidade em torno de um caso concreto. O que nesta pesquisa remete ao órgão supracitado no que diz respeito à sistemática de apuração dos custos e o seu mecanismo de demonstração das informações aos respectivos gestores do órgão.

Inicialmente, em comunhão com o modelo bibliográfico, Marconi e Lakatos (2017), classificam em pesquisa bibliográfica como uma pesquisa de produção científica, feita com base em dados de textos científicos, que no entendimento dos autores predominam artigos científicos como foco primordial por se tratarem de dados atualizados e de boa relevância. Logo, foram abordados nesta pesquisa, os conceitos necessários ao suporte teórico da pesquisa.

Ainda, utilizou-se de sítios eletrônicos de banco de dados de legislações brasileiras, através da plataforma de acesso público do Palácio do Planalto, através da Casa Civil, ambos vinculados à chefia superior do poder executivo federal. É adequado sinalizar que este estudo tem um arcabouço significativo de legislações brasileiras, pois tem como foco relacionar um caso concreto de um órgão público municipal, onde políticas públicas são realizadas, seguindo um regramento legal para suas ações e serviços públicos, em obediência ao Princípio da Legalidade, estabelecido na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Continuamente, na etapa da análise de dados, foram analisados primariamente os documentos e os instrumentos de registros e de demonstrações das informações de custos, por meio de uma planilha/tabela, a qual apresenta as características e a formatação dos dados de custeio coletados. E desta forma, apontando os relatórios gerenciais elaborados pelos servidores públicos responsáveis pelo processamento dos dados informacionais de custos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Caruaru/PE. Desta forma, em sintonia com Yin (2015), Gil (2008) define a pesquisa do tipo documental quando materiais são coletados e analisados, e assim, organizando as informações através dos registros em formato de documentos, tratando-os de maneira a extrair uma reflexão para se chegar a uma avaliação crítica pelo pesquisador neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foco desta pesquisa é estudar sobre a integração da informação a partir de dados sobre os Custos em Saúde, foi possível argumentar que as Gestões Públicas em saúde pública, especialmente, estão carentes e necessitam de dados para subsidiar o processo decisório.

Nesta seção, foi proposta a apresentação do formato e das ferramentas atualmente utilizadas pelo órgão público de saúde no município de Caruaru. Como estabelecido na metodologia desta pesquisa, descreve-se que a metodologia de apuração, tratamento e demonstração dos dados sobre os custos executados na saúde pública de Caruaru são apresentados a partir demandas solicitadas eventualmente por usuários, denominados de gestores, que necessitam destes dados para a tomada de decisão, e até mesmo para atendimento de solicitações de órgãos de controle.

Os dados de custos são apresentados no formato de *xlsx*, por meio de *software* denominado *Microsoft Excel* editor de planilha desenvolvido pela Microsoft, preenchida de forma manual por servidores públicos de setores vinculados ao registro e processamento dos dados, estes dados são registrados em controle manuais específicos do setor correspondente. Outro ponto a respeito da atual metodologia aplicada é sobre a periodicidade, a qual não há uma periodicidade estabelecida administrativa ou legalmente sobre a política de prazos para que os dados sobre os custos sejam informados e apresentados aos interessados, ou seja, os gestores que compõem a estrutura administrativa do órgão de saúde municipal.

Em outro ponto, é relevante destacar que atualmente, há apenas um único servidor responsável pela consolidação dos dados, e formatação das informações da planilha para apresentação aos usuários solicitantes. De forma sucinta, o fluxo praticado sem modelo teórico estabelecido se dá no preenchimento da planilha em *excel* que está armazenada em um link de drive de uma conta de e-mail do órgão de saúde municipal. Assim, somente a partir de solicitação de um ou mais gestores, o agente que consolidada as informações entra em contato com o responsável por determinada informação, este por sua vez, acessa a planilha compartilhada e insere as informações.

Também foi possível perceber que não há um treinamento prévio, com os agentes que detém os dados operacionais, sobre qual o nível de detalhamento e necessidade para garantir a segurança e a confiabilidade das informações disponibilizadas. A relação de comunicação entre os agentes se dá de forma extraoficial, o que na prática acontece por meio de contato telefônico ou por aplicativo de mensagens.

Outro aspecto relevante, sobre a descrição da metodologia aplicada é que não se visualiza a segurança técnica, dos dados disponibilizados. Ainda, foi coletado que os agentes que inserem os dados são os mesmos que exercem funções operacionais específicas do segmento de saúde, e que não foi possível identificar que estes sejam capacitados e que compreendam tecnicamente o que de fato deve ser informações de custos para assim garantir robustez nos dados disponibilizados.

Para melhor expressar esta premissa, destaca-se, por exemplo, um caso em que o agente público responsável pelo setor de Almoxarifado do órgão, que recebe materiais de expediente, com a devida conferência operacional através de documento fiscal e em outros atos administrativos, seja ele designado para inserir os dados quantitativos e monetários na planilha em questão, mas não há a garantia de que estes dados informados sejam de fato os dados de aquisição ou os dados de saída para determinado serviço ou unidade de saúde.

Atualmente há uma planilha em que é estruturada a maioria dos dados sobre os custos que se executam no órgão municipal de saúde de Caruaru, entretanto, vale pontuar que não há uma sistematização, por meio de um modelo teórico para inserção ou adequação de dados que sejam eventuais e que só sejam realizados em determinadas unidades de saúde do município. Ainda, neste pensamento é importante sinalizar que em unidade X ou Y pode ter como execução um custo de um equipamento, e em outra

unidade não. Logo, é preciso ter esta adequação entre a padronização da planilha adotada para inserção dos dados de custos.

Fica evidente com os dados apresentados anteriormente, que hoje os dados são demonstrados na estrutura de uma unidade de saúde, como exemplo, um Hospital do município. Mas no segmento de saúde pública é contemplada com unidade de saúde, que neste estudo apresenta-se como unidade de custo, entretanto não se dispensa que uma ação específica possa ser mensurada e apresentada no modelo de custeio, a partir dos dados informacionais registrados e apresentados.

Ademais, não foi possível identificar o índice de medidas que compõe a planilha apresentada acima. E assim, percebe-se que não há um índice para todos os itens propostos, apesar de estar indicado para boa parte. Portanto, não houve esclarecimentos sobre como é determinado os índices dos itens que são apresentados, e nem como se chegou a estes parâmetros.

Um último fator que cabe aqui descrever é que o município possui um panorama de quase cem unidades de saúde sob gestão do município, mas apenas algumas unidades, na média de 07 unidades são coletadas seus dados de custos. Estas 07 realizam serviços de urgência e/ou emergência, tendo as informações destas coletadas e apresentadas, normalmente, quando houver solicitação por parte de algum usuário, certamente algum gestor que se depare com a necessidade de um suporte para a tomada de decisão.

CONCLUSÃO

Neste estudo, foi proposto como um dos objetivos apresentar fundamentações teóricas a respeito da temática de custos no setor governamental, referenciando estudos científicos e literaturas de cunho técnico, e normativo com aspectos de leis. Como forma de contextualizar e estruturar um esquema lógico que pudesse roteirizar por meio de achados científicos os resultados de pesquisas e do estabelecimento de regras oriundas de legislações sobre o custeio em ações e serviços de saúde.

Para garantir que as ações e serviços de saúde sejam executados é primordial que as gestões públicas, especialmente as locais, tenham fontes de recursos suficientes para dá total cobertura nas aquisições de insumos, contratações de profissionais e investimentos de recursos em equipamentos.

Ainda no campo das fundamentações científicas foram argumentados neste estudo, experimentos e comprovações técnicas de que os recursos aplicados são

transformados em gastos, sendo os custos das ações e serviços de saúde caracterizados como aqueles que direta ou indiretamente são os necessários para realizar as políticas públicas de saúde. Assim, em toda a estrutura referencial apresentou-se conceitos sobre as classificações e metodologias através de conceitos, métodos, análises e interpretações sobre o que seria “custos”.

Em relação ao tópico da análise dos resultados, foi apresentado que o atual formato de apuração e de esquematização dos dados sobre os custos realizados nos serviços de saúde do município de Caruaru/PE são incipientes e a sua praticabilidade não é regrada por ferramentas gerenciais. Entre os pontos de relevância apontam-se a inexistência de normativo técnico ou legal que estabeleça diretrizes, métodos, periodicidade para coleta, avaliação e disponibilização de dados.

Portanto, o instrumento tecnológico adotado em tempo é por meio de uma planilha, na qual foi configurada alguns gastos, apenas os que foram classificados como os de maior impacto, para o custeio total das unidades de saúde que têm os dados levantados. Sendo necessário um investimento focado no melhoramento dos instrumentos de tecnologia, mas atrelado ao campo do conhecimento técnico e do suporte administrativo-operacional da sistemática de custos.

Para fins de prospecção sobre a estruturação e regulamentação de uma sistemática de registro, coleta e demonstração dos dados de custeio nas políticas públicas de saúde em Caruaru/PE, esperar-se-á a proposição de um fluxo operacional e do estabelecimento de um normativo técnico e legítimo para fins de melhoramento do desempenho gerencial na aplicação dos recursos públicos, que com base neste estudo, poderá ser replicado em outros entes municipais.

REFERÊNCIAS

BIRKINSHAW, J.; HAMEL, G.; MOL, M. J. *Management innovation. Academy of Management Review*, v. 33, n. 4, p. 825-845, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos,

1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 08 abr. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Secretaria- Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110180.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Portaria nº 157, de 09 de março de 2011. Dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2011. Disponível em: http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8115. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. Portaria nº 716, de 24 de outubro de 2011. Dispõe sobre as competências dos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2011. Disponível em: http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8116. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma Nova Interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

CERVO, A.; BERVIAN, P.; DA SILVA, R. Metodologia científica. São Paulo: Person Pretinee Hall, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBCT 16.11. Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Brasília: CFC, 2011. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1366.pdf. Acesso em: 08 mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 34 Custos no Setor Público. Brasília: CFC, 2021. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-nbc-tsp-34-de-18-de-novembro-de-2021-366061719>. Acesso em: 02 mar. 2024.

FERNANDES, J. C. C.; SLOMSKI, V. Gestão de custos pela melhoria da qualidade na Administração Pública: um estudo entre organizações brasileiras. In: 2º Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2009, Brasília/DF. Painele 30: Gerenciamento de Custos, 2009.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P.C. Controladoria: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, S. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados. Teorias e análises sobre a implementação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2019.

HUENCHO, V. F.; FERNÁNDEZ, C. L.; HIZAUT, M. M.; SANHUEZA, J. R. *Implementation challenges in public policies towards indigenous peoples: the impact of health policies in urban contexts. Journal of Intercultural Studies*, v. 41, n. 4, p. 405-423, 2020.

JOGARATNAM, G.; CHING-YICK TSE, E. *Entrepreneurial orientation and the structuring of organizations. International Journal of Contemporary Hospitality Management*, v. 18, n. 6, p. 454-468, 2006.

JURLINA ALIBEGOVIĆ, D.; SLIJEPČEVIĆ, S. *Attitudes towards citizen participation in the local decision-making process: A comparative analysis. Društvena Istraživanja: Časopis za opća Društvena Pitanja*, v. 27, n. 1, p. 155-175, 2018.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. Brasília: Enap, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, E. Contabilidade de Custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MIGUEL, P. A. C. Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MORAZ, G.; GARCEZ, A. S.; ASSIS, E. M.; SANTOS, J. P.; BARCELLOS, N. T.; KROEFF, L. R. Estudos de custo-efetividade em saúde no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 20, p. 3211-3229, 2015.

NILSON, E. A. F.; ANDRADE, R. C. S.; BRITO, D.A.; OLIVEIRA, M. L. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. *Rev. Panam Salud Publica*. 2020.

NOSSA, P. N. Envelhecimento, financiamento e inovação nos sistemas de saúde: uma discussão necessária para a manutenção do direito à saúde. *Saúde sociedade São Paulo*, v. 29, n. 2, 2020.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. Metodologia da Pesquisa Científica. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

ROVERE, M. *Políticas y gestión en las organizaciones de ciencia y tecnología en salud*. Washington, D.C.: OPAS, 1997.

SOUSA, J. R. F.; BATISTA, L. F.; HELAL, D. H. Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. *Revista Sociedade e Estado*, v. 37, n. 2, 2022.

WIMMELMANN, C. L.; VALLGÅRDA, S.; JENSEN, A. M. B. *Meet the local policy workers: implementation of health promotion guidelines in Denmark*. *Public Policy and Administration*, v. 33, n. 1, p. 66-87, 2018.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2015.